

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

CIDADE MEDIEVAL

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

IV - Cidade Medieval

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

CIDADE MEDIEVAL

CONFERÊNCIAS

pág. 5

A Cidade na Baixa Idade Média - uma sociedade e um centro

Maria Helena Cruz Coelho

pág. 27

Del Garona al Estrecho. Reflexiones sobre Espacios Urbanos y Sociedad (SIGLOS XI- XIII)

Pascual Martínez Sopena

COMUNICAÇÕES

pág. 49

D. João I e a Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães: Da régia devoção à real proteção

Aires Gomes Fernandes

pág. 77

As respostas da sociedade urbana à pobreza: o exemplo dos hospitais e albergarias de Coimbra entre os séculos XII e XVI

Ana Rita Rocha

pág. 103

Da Ribeira Grande de Santiago à Cidade Velha: a metamorfose de um lugar

José Filipe Pereira Neves da Silva

pág. 127

Forma Urbana y Organización Social de las Ciudades de Repoblación de La Castilla Medieval: Mecanismos de Ocupación y Estructuración del Espacio

José Miguel Remolina Seivane

pág. 157

História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo

Luísa Trindade

pág. 179

População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV

Maria do Carmo Ribeiro

A Cidade na Baixa Idade Média - uma sociedade e um centro

Maria Helena Cruz Coelho

Prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Investigadora Integrada do Centro de
História da Sociedade e da Cultura

coelhomh@gmail.com

A Cidade na Baixa Idade Média - uma sociedade e um centro

Como muitos outros historiadores já o expressaram¹, perfilhamos de toda a perplexidade sobre o peso diferencial dos critérios demográficos, urbanísticos, jurídicos, sociais e económicos na caracterização da cidade medieval. Igualmente sabemos como são falíveis as tipologias ou definições das cidades, baseadas preferencialmente na sua população, na sua funcionalidade ou no seu sistema social. E julgamos operativo abordar a cidade, mais que em termos de *ter*, sobretudo em termos de *ser*, considerando que “a cidade é uma paisagem organizada e, ao mesmo tempo, uma sociedade e um centro”².

No que diz respeito à historiografia portuguesa, diremos que Portugal não possui ainda uma História da Vida Urbana Medieval. De facto o interesse científico dos historiadores, e de entre eles os medievalistas, pelo mundo urbano, foi tardio, precedido mesmo pela atenção dos geógrafos e sendo devedor dos conceitos operatórios das ciências sociais. Como os vários balanços historiográficos sobre o tema o referem³, o estudo da temática arrancou sob a direcção programática de A. H. de Oliveira Marques e com a sua orientação ou influência muitas monografias sobre cidades e vilas foram elaboradas, mas delas não

¹ De entre muitos, salientamos, pela ampla abrangência da geografia urbana europeia que abarca e visão comparativa com que se desenvolve, o estudo de BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010), *La ciudad medieval*, in PINOL, Jean-Luc Pinol, dir. *Historia de la Europa Urbana*. València: Publicacions Universitat de València. vol. II. Muito sugestivo é também o panorama apresentado por RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, Juan Ignacio (2003). *Ciudades y sociedades urbanas en la España medieval (siglos XIII-XV)*. In *XXIX Semana de Estudios Medievales. Estella 15-19 julio 2002, “Las sociedades urbanas en la España Medieval”*. Pamplona: Gobierno de Navarra. Departamento de Educacion y Cultura, p. 17-49, assim como os estudos que compõem a obra. Na ilustração dos multifacetados aspectos e problemáticas da vida urbana não poderemos deixar de mencionar as obras saídas dos encontros de Nájera e publicadas pelo Instituto de Estudios Riojanos entre 2005 e 2016, que se têm debruçado, entre outros temas, sobre as cidades e vilas portuárias, o espaço urbano, a cidade e a influência territorial, a construção, a alimentação, a convivência, a governação, a gente do mar, a mulher, os grupos populares, a diplomacia e o comércio nas cidades medievais.

² BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 14.

³ Sem remetermos para todos os balanços sobre a historiografia portuguesa, destacamos, pelo particular enfoque na história urbana, os mais antigos de HOMEM, Armando Luís de Carvalho, ANDRADE, Amélia Aguiar, AMARAL, Luís Carlos (1988). Por onde vem o medievalismo em Portugal?. *Revista de História Económica e Social*, 22, p. 115-138 e de COELHO, Maria Helena da Cruz. *Historiographie et état actuel de la recherche sur le Portugal au Moyen Âge (2001-2006)*, *Memini. Travaux et documents*, p. 9-10, 9-60 e o mais recente de ANDRADE, Amélia Aguiar, COSTA, Adelaide Millán da (2011). *Medieval Portuguese Towns: The Difficult Affirmation of a Historiographical Topic*. In MATTOSO, José, dir. e ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, BRANCO, Maria João, coord. *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 283-301.

resultou ainda uma completa síntese, embora uma cartografia de dados de algumas delas esteja consubstanciada no *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*⁴. É certo que a partir do século XXI a abordagem histórica sobre a vida urbana diversificou-se e os olhares incidiram sobre a centralidade da cidade e o seu dinâmico relacionamento com as periferias e região ou com a coroa e outros poderes, bem como sobre a sociedade política urbana e ainda sobre o discurso e a memória identitária das cidades. Alguns projectos e colóquios deram uma atenção particular às elites urbanas e puseram a cidade em debate, recentrando-se no estudo das pequenas cidades e das redes urbanas⁵. Devedora somos destas análises neste trabalho, ainda que ele se ressinta da carência de uma aprofundada síntese.

No nosso texto incidiremos mais na cidade como uma sociedade que se caracteriza por uma forte diferenciação socioprofissional e por formas de sociabilidade e solidariedade singulares e que detém um modo de governo próprio, reunindo em si funções específicas que a interrelacionam com o seu termo rural e com outros aglomerados em redes hierarquizadas.

1. Os homens e a modelação social do espaço urbano

Ao posicionarmo-nos na Baixa Idade Média, portanto nos séculos XIV e XV, a sociedade urbana medieval estava já perfeitamente estruturada, mas não evidentemente imóvel, muito antes pelo contrário, pujante de transformações. As cidades, como um corpo vivo, vão crescendo e sofrendo mutações que lhe dão sucessivas formas e múltiplas funcionalidades, transmutando-as em novos organismos, que sempre se enraízam no seu embrião⁶, mas se moldam com outros contornos e dinâmicas.

Na verdade, a partir do primeiro milénio inicia-se o movimento de urbanização mais assinalável que existiu no Ocidente antes do século XIX. E pelos finais do século XII acaba a primeira Idade Média dos camponeses e guerreiros para então começar uma segunda Idade Média dos burgueses e senhores.

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira, GONÇALVES, Iria, ANDRADE, Amélia Aguiar (1990). *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. As suas ideias e métodos sobre a história urbana desenvolvem-se nos estudos MARQUES, A. H. de Oliveira (1988). Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa e Cidades Medievais Portuguesas (Algumas bases metodológicas gerais). In MARQUES, A. H. de Oliveira. *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, respectivamente, p. 13-42, 43-67.

⁵ Veja-se BARATA, Filipe Themudo, ed. (2001). *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos*. Lisboa: Edições Colibri-CIDEHUS, p. 171-210; ANDRADE, Amélia, COSTA, Adelaide Millán da, ed. (2013). *La ville Médiévale en débat*. Lisboa: IEM; COSTA, Adelaide Millán da, ANDRADE, Amélia Aguiar, TENTE, Catarina, eds. (2017). *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: IEM.

⁶ Uma síntese das heranças urbanas pré-muçulmana, muçulmana e cristã, pode apreender-se na obra de CARVALHO, Sérgio Luís (1989). *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 10- 14.

De facto, a cidade medieval viu implantados, em tempos da plena Idade Média, os seus principais eixos e funções defensivas, administrativas, religiosas, económicas e sociais, assumindo-se sobretudo como um centro de consumo, de produção artesanal e de intercâmbio comercial, com uma identidade política reconhecida juridicamente⁷.

Assim, no quadro peninsular, a conquista de importantes cidades aos islâmicos nos séculos XII e XIII, desenhou na espacialidade meridional, uma sociedade cristã herdeira das marcas da civilização e cultura muçulmanas, fortemente urbanizada, mercantil e organizada administrativamente, que, para a sua sobrevivência, dominava o meio rural envolvente. Concorrentemente, as áreas nortenhas peninsulares, redesenhadas por uma rede viária coerente e comunicante, pontuaram-se de pequenas cidades e vilas que sustentavam os fluxos de peregrinação que se dirigiam a Santiago de Compostela. Por sua vez a fachada atlântica e mediterrânica peninsular apresentava-se preenchida com cidades e vilas portuárias, que apoiavam o incremento de um vivo comércio marítimo de cabotagem ou internacional.

Os caminhos peregrinantes santiaguistas em Portugal não se revelaram tão actantes no desenvolvimento urbano como em Navarra, Castela ou Leão, mas algumas povoadas e pequenas vilas nortenhas portuguesas, essencialmente rurais, foram, graças a diversos factores, como a sua localização como vilas portuárias ou situadas em vitais eixos viários terrestres, ganhando um maior desenvolvimento urbano. E nestas como nos povoados do interior fronteiriço, a segurança dos castelos e muralhas, o incentivo, ao povoamento de cartas de foral, feiras e coutos de homiziados contribuíram para a sua transformação em núcleos urbanos de pequena ou média dimensão.

As diferentes matrizes civilizacionais muçulmanas ou cristãs espelharam-se no desenho urbano entre cidades mais orgânicas, com ruas sinuosas que resguardavam as tendas e as casas, células por excelência do recolhimento dos homens, pontuadas pela zona do mercado, o zoco, e pela casa de oração, a mesquita; ou cidades mais regulares, denotando ainda as influências do modelo romano ou mesmo criadas em tempos medievais segundo um programa regular, como as *bastides* e, na Península, as vilas novas, em que as ruas eram vias de circulação que conduziam a espaços abertos de comércio ou de oração, traduzidos em praças, organizando-se em torno da principal praça a vida económica com o mercado, a religiosa com a catedral ou igreja e a civil com a casa onde se reuniam os dirigentes locais. Mas um urbanismo aparentemente mais “desordenado” poderia também advir das condições de terreno, tendo o casario e as ruas de acompanhar as curvas de nível em zonas de colina ou do montanha, sempre nele se plasmando do mesmo modo um povoamento mais espontâneo e lento, enquanto as estruturas urbanas geométricas derivavam de

⁷ BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 95-96.

uma vontade forte, sobremaneira régia, e de um delineado programa que visava dirigir e incentivar um imediato povoamento⁸.

Nas urbes com uma posição geoestratégica militar, no alto de colinas e montanhas elevava-se o castelo com a sua alcáçova, e as muralhas com as suas torres defensivas envolviam o perímetro urbano, abrindo-o para o exterior através de portas e postigos. E desde cedo, como se disse, na Península Ibérica, as cidades e vilas tiveram o privilégio de serem sancionada pelos reis e senhores a sua capacidade de terem uma jurisdição e administração próprias e de terem os seus usos e costumes reconhecidos e discriminados os seus direitos e deveres através de cartas de foral, definindo-se assim a sua estrutura de governo e de serviços.

Do mesmo modo, o exercício da fé e do culto cristão estava assegurado pelo enquadramento dos fiéis em paróquias, controladas pelo clero secular de catedrais, colegiadas, igrejas e ermidas, a que se associava ainda o clero regular de mosteiros de diferentes regras e ordens religiosas – beneditinos, cistercienses, cónegos regrantes - e mesmo franciscanos e dominicanos, que, pelo dealbar de Duzentos, se implantaram nos extramuros urbanos. E a este domínio do religioso, poderemos ainda associar as múltiplas casas de assistência e de serviço caritativo como albergarias, gafarias, hospitais e confrarias. E se os baluartes militares, os edifícios religiosos do clero secular e as casas do poder concelhio no geral conviviam, na geografia ocupacional urbana, no espaço alto e amuralhado, já a cidade laboriosa se espraiava pela parte baixa e aberta da cidade, ou pela sua área ribeirinha, se algum rio a banhava. Era aí que as artérias se animavam com o comércio de tendas e mercearias, era aí que as praças e rossios fervilhavam com homens e mulheres que compravam e vendiam sob os olhares atentos de muitos oficiais da fiscalidade régia, senhorial ou municipal, era aí que se desenhava o arruamento dos mesteres, circunscrevendo certas ruas ao exercício de um ofício e à comercialização do produto final. Era igualmente extramuros que se encontravam as judiarias e mourarias, confinadas, conforme a grandeza dos centros urbanos, a uma rua ou englobando todo um bairro fechado, que a um tempo permitia a identificação dessas minorias religiosas e por outro as procurava separar socialmente dos cristãos. Esta forte dinâmica urbana foi favorecida por um crescimento demográfico e as cidades e vilas atraíram mesmo gente de diferentes proveniências e geografias, como judeus ou estrangeiros, destacando-se, entre estes, os francos.

⁸ TRINDADE, Luísa (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 23-190 apresenta a evolução da paisagem urbana na longa duração dos tempos medievais. A problemática das vilas novas em contexto ibérico é amplamente desenvolvida nos estudos englobados na obra SANZ-GUERRA, José Luis, coord. (2014), *La villas nuevas medievales de Castilla e León*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

Todo este vivo organismo urbano teve de se adaptar às pulsões internas e aos condicionalismos externos que ocorreram nos séculos XIV e XV⁹.

Sabe-se já que, nos finais de Duzentos, se começou a fazer sentir uma desaceleração do crescimento demográfico e manifestaram-se carências alimentares devido a maus anos climáticos e a uma insuficiente resposta produtiva da cultura agrícola extensiva. Esta tendência agravou-se nos séculos XIV e XV por uma série de factores negativos desde a Peste Negra e a sucessiva recorrência de epidemias, as guerras que atravessaram os reinos da Cristandade e uma sequência continuada de deficientes anos agrícolas. Neste contexto a população diminuiu, reinou a fome, instalou-se o medo e a violência, redobrou a ameaça da morte. A recessão demográfica, esse tempo do “homem escasso”,¹⁰ e a tendência depressiva foram muito duradouras cronologicamente, ainda que descontínuas, só se sentindo alguma recuperação consistente a partir da década de 60 do século XV¹¹.

Mas todos estes malefícios não se impuseram uniformemente no espaço. Se a peste bubónica ceifou entre um a dois terços da população europeia, esse decréscimo populacional foi diferente de reino para reino, de região para região, e também diverso entre o mundo rural e o mundo urbano.

Em Portugal, no campo faltaram braços para amanho a terra, diminuiu a produção cerealífera, baixaram as rendas agrícolas senhoriais e os camponeses ficaram sem pão. Nas cidades e vilas houve despovoamento, ainda que por vezes mais sentido nos subúrbios que no centro urbano, degradação dos bens imobiliários individuais, como casas, ou colectivos, com a decadência das estruturas militares, e ainda carências alimentares. Neste contexto de crise estruturada assistiu-se, então, a uma significativa mobilidade populacional, sobretudo com movimentos migratórios do campo para a cidade, em particular para as mais atractivas comercialmente¹². Todavia, no discurso das cidades e vilas em Cortes, o despovoamento, embora podendo ser autêntico, tornou-se um *topos* para tudo pedir¹³. Mas, na realidade, cidades como Lisboa ou cidades e vilas bem situadas em eixos fluviais, tantas vezes com ligação ao mar e com um significativo movimento comercial, continuaram a ser procuradas.

⁹ Um quadro geral sobre a vida urbana nestas centúrias se colhe em MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV, SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, p. 182-203.

¹⁰ BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 259.

¹¹ Sobre a evolução demográfica no contexto urbano do reino de Portugal veja-se, COELHO, Maria Helena da Cruz (2013). *As cidades medievais portuguesas – População*. In *I Congresso Histórico Internacional. “As cidades na História: População”*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. I, p. 145-162.

¹² Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz (1989). *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, p. 17-26, 28-40, 69-81.

¹³ COELHO, Maria Helena da Cruz (2013). *As cidades medievais portuguesas – População*, p. 155-156; COELHO, Maria Helena da Cruz, RÉPAS, Luís Miguel (2006). *Um cruzamento de fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes*. Porto: Campo das Letras, p. 51.

Certo é que muitos dos homens e mulheres que confluíram para o mundo urbano, sem meios económicos ou qualquer preparação específica, apenas lograram trabalho no amanho da terra da área periurbana ou como serviços domésticos ou de mesteres, engrossando o contingente do povo miúdo, quando não aumentaram apenas o número de pobres, desenquadrados e marginais, levantando novos desafios sociais¹⁴.

Mas, a par destas migrações internas, as cidades mais importantes da costa atlântica e algarvia tornaram-se atractivas para forasteiros e foram escolhidas por mercadores cristãos e judeus de diversos reinos para nelas se fixarem, dinamizando as rotas comerciais, ainda que criando também oposições e rivalidades sociais entre mercadores nacionais e estrangeiros¹⁵.

Na paisagem urbana, face a guerras, a um aumento populacional ou, em certos casos, como estímulo para esse incremento ou tão-só face a previsões sobre o mesmo, não poucas vezes sobreavaliadas, os monarcas portugueses foram erguendo ou ampliando as muralhas de muitas cidades do centro e norte do país e robustecendo as suas fortificações. Assim desenvolveu-se uma nova morfologia de castelos góticos, que fortalecia a sua resistência defensiva, ou investiu-se na restauração e modernização dos castelos românicos mais antigos. Por sua vez terminaram-se, construíram-se de novo ou reforçaram-se as muralhas. E para maior segurança da população urbana surgiram as barbacas, muros exteriores e mais baixos que a muralha, que visavam fortalecer a defesa dos locais mais sensíveis do centro fortificado¹⁶.

Assim, em tempos de Afonso IV, edificaram-se novas muralhas em Évora, Porto e Setúbal e terminaram-se ou prolongam-se outras em Lagos e Guimarães, e com D. Pedro concluiu-se a muralha de Setúbal e começaram os trabalhos na de Ponte de Lima. Esta dinâmica construtiva acelerou-se em tempo de D. Fernando, como uma exigência das guerras com Castela (1369-1371, 1371-72 e 1381-1383), ocorridas no seu reinado, e vividas no território português. A entrada dos castelhanos em Portugal, sobretudo no segundo confronto, dada a inexistência de construções defensivas em muitas cidades e vilas, causou uma devastação, que varreu culturas, engenhos e casas. Terminaram-se então as muralhas

¹⁴ Atente-se porém que as muitas alusões a malfeitores ou vagabundos nestes séculos finimievais pode também envolver uma figura da construção discursiva, na assimilação, nos quadros mentais vigentes, da pobreza à criminalidade, por um lado, e da violência aos estrangeiros ou estranhos, por outro. (Cfr. BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 269). E sobre o conceito de marginalidade e as diversas franjas sociais que nela se englobavam veja-se DUARTE, Luís Miguel (2010). Marginalidade e marginais. In MATTOSO, José, dir. *História da Vida Privada em Portugal*, vol. I, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, coord. *A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 170-196.

¹⁵ Desde logo os muitos privilégios concedidos aos mercadores estrangeiros fomentariam esse clima de tensão (MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 40-44).

¹⁶ BARROCA, Mário Jorge (2003). Arquitectura Militar. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, MATTOSO, José, coord. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 95-121; MONTEIRO, João Gouveia (2003). Castelos e Armamento. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, MATTOSO, José, coord. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 164-175; MONTEIRO, João Gouveia (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 33-95.

iniciadas em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Braga, Porto e Beja e construíram-se outras em Coimbra, Óbidos, Santarém e Lisboa. No século XV iniciaram-se as muralhas de Aveiro e Viseu¹⁷.

Atente-se que os monarcas, ao mesmo tempo que investiam em obras defensivas, esforçavam-se por atrair população para o seu interior, concedendo aos moradores intramuros inúmeros privilégios de isenção de impostos e de aposentadorias e ainda privilégios económicos e liberdades comerciais. D. Fernando reforçou-os ainda mais, como, por exemplo, em Coimbra, onde chegou mesmo a criar uma feira na Almedina – já aí se encontrando o Estudo Geral - e a conceder que os seus moradores dispusessem de um conservador, um oficial de justiça que devia defender os seus interesses¹⁸. Tais medidas acarretaram fortes conflitos entre os que viviam dentro e fora das cercas, que nunca se encontraram suficientemente povoadas, desde logo os que opunham os membros do Estudo, mestres, oficiais e escolares, à população urbana. Este corpo sociocultural, sempre situado nas cercas de Lisboa e Coimbra, em bairros escolares privilegiados, à semelhança do que se passava noutras cidades europeias como Oxford, Praga, Cracóvia, Montepellier e Nápoles¹⁹, tinha frequentes disputas com a população citadina sobremaneira em torno do alojamento e do abastecimento²⁰.

Mas na fisionomia urbana de muitas cidades e vilas outras mudanças ocorreram nos séculos finimievais, fruto da sua pujança económica e do seu prestígio social. As praças tornam-se um elemento formal do espaço, dotadas com equipamentos destinados às diversas funções urbanas²¹; algumas ruas adquiriram uma largura, uma desobstrução, uma regulamentação e um tratamento urbanístico e arquitectónico que ofereciam uma excelente qualidade de vida e distinção aos seus moradores, como a Rua Nova de Lisboa e as ruas Nova do Porto, Santarém e Évora; nas artérias principais, disputando o espaço privilegiado que para a rua se voltava, as casas cresceram em altura; na praça principal construíram-se os paços camarários, edifícios com uma tipologia própria, que davam resposta às diversas valências do poder urbano e adensavam a funcionalidade política do

¹⁷ Vejam-se as obras realizadas em cercas e castelos nos séculos XIV e XV em MONTEIRO, João Gouveia (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média...* p. 124-160 e a fortificação de centros urbanos em CARVALHO, Sérgio Luís (1989). *Cidades Medievais Portuguesas*. p. 32-33.

¹⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz (1982). Coimbra trecentista. A Cidade e o Estudo, *Biblos*, 68, p. 346-347.

¹⁹ BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 208. Aliás os estudantes contavam-se entre os grupos sociais considerados perigosos na sociedade urbana, ainda que, atendendo ao seu estatuto, a justiça sobre eles exercida fosse branda (Idem, *ibidem*, p. 268-269).

²⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz (1982). Coimbra trecentista. A Cidade e o Estudo, *Biblos*, 68, 349-350.

²¹ TRINDADE, Luísa (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*, p. 687-699 explica como a designação de praça, aliada ao mercado, vai dar lugar, no século XIV, na maioria das cidades, à praça como um elemento formal da fisionomia urbana. Como caso particular veja-se AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões (2012). *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa. Origens, evolução urbanística e caracterização social*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado policopiada).

espaço²², já por vezes assinalada pelo pelourinho, que se conjugava com a funcionalidade religiosa, demarcada pelo templo, e com a económica, axializada nos mercados.

2. A dinâmica urbana socioeconómica

O desenvolvimento urbano implicou necessariamente um acréscimo de abastecimento alimentar. A cidade ficou cada mais devedora do seu termo para o fornecimento do cereal e do vinho, do azeite e da madeira e ainda da sua área periurbana, que lhe garantia as frutas, legumes e as hortaliças frescas. A pressão da urbe sobre o mundo rural veio mesmo a ditar novas paisagens de monoculturas de cereal ou de géneros comercializáveis do mesmo modo que a cidade exigia o seu prioritário aprovisionamento de bens em detrimento daqueles que os produziam, o que causou oposições ou mesmo revoltas dos moradores do termo²³. Como não menos nesse espaço rural se acabou por intensificar um trabalho artesanal, como que uma proto-indústria, que sustentava, com a preparação das matérias-primas, a indústria urbana. Maçadeiras, gramadeiras, penteadeiras, tasquinadeiras, pisoeiros, feltreiros, tecelões e tecedeiras trabalhavam o linho e a lã, que eram fiados em ambiente doméstico. Por sua vez em moinhos, azenhas ou atafonas, moleiros e atafoneiros transformavam o cereal em farinha, que seria depois na cidade transmutada em pão alvo ou de segunda. Em certos lagares, dispersos pelas aldeias ou instalados mais próximo das cidades, espremiam-se as uvas, que seriam o vinho consumido pelos cidadãos, enquanto noutros lagares especializados, moendeiros e lagareiros convertiam as azeitonas em azeite. As áreas ruralizadas assumiam-se ainda como um espaço de recolha e armazenamento de produtos agrícolas de muitos cidadãos, que aí possuíam as suas quintas ou casais.

Entretanto, na cidade, articulava-se uma densa rede de entrepostos e agentes de compra e venda de géneros e produtos do reino e de fora dele, e instalava-se um desenvolvido artesanato para responder às necessidades de habitação, vestuário e calçado dos seus habitantes.

²² TRINDADE, Luísa, *ob. cit.*, p. 618-66, apresenta a evolução dos paços concelhios, primeiro como um espaço político, não necessariamente correspondente a um edifício de arquitectura palaciana, para depois, em meados do século XV e com apogeu em tempos manuelinos, marcar presença nos mais importantes centros urbanos como um edifício com uma tipologia arquitectónica específica que dá resposta às diversas funcionalidades do exercício do poder urbano.

²³ Na relação entre o mundo rural e urbano tenham-se em conta os estudos reunido em GONÇALVES, Iria, coord. (2005, 2006, 2007). *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias. Problemáticas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa, vols. 1, 2 e 3; BEIRANTE, Maria Ângela Rocha. *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; RODRIGUES, Ana Maria S. A. (1995). *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; CONDE, Manuel Sílvio Alves (2000). *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia. Como balanços sobre a história rural veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz (2009). Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas. In COELHO, Maria Helena da Cruz, coord. *A cidade e o campo. Colectânea de estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, p. 23-40; AMARAL, Luís Carlos. Half a century of rural history of the middle ages in Portugal. In MATTOSO, José, dir. e ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, BRANCO, Maria João, coord. *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 303-321.

Comércio local e interno de abastecimento, que se dobrava, nos maiores centros urbanos com capacidade distribuidora, de um comércio de mais longo alcance, regional, nacional ou internacional, que sustentava a economia monetária e mercantil. E esta mais forte dinâmica comercial exigia também mais constantes e activas linhas de fornecimento de matérias-primas, bem como mesteres que as transformassem e que apoiassem as infraestruturas do comércio marítimo, como a construção naval, ou a manufatura de contentores dos produtos comercializáveis, entre tonéis ou pipas de vinho, azeite ou sal. Os produtos, e tantas vezes também as gentes e as mensagens, entravam e saíam da cidade pelas mãos de carreteiros, almocreves, recoveiros ou barqueiros, que se afadigavam ainda, em certos casos, num comércio ambulante²⁴.

Neste contexto, os “pés”, os trabalhadores que mantinham a sociedade urbana, estavam a aumentar, a diversificar-se e a especializar-se. Para suprir as necessidades ou os requintes alimentares havia padeiras e padeiros, forneiras e forneiros que amassavam, coziam e vendiam o pão, que o cidadão, devido à sua profissão ou por sua comodidade, já não confeccionava em casa; havia carnicheiros e enxerqueiros que desmanchavam e vendiam todo o tipo de carnes; havia peixeiros e peixeiras que distribuían o pescado do mar ou do rio que chegava à cidade; havia fruteiros e fruteiras, verceiras, regatões e regateiras, vendedores e vendedeiras, que asseguravam a venda de fruta, hortalíça e legumes. Mas tantas outras carências de bens para uso pessoal ou profissional exigiam alfaiates de diversas especialidades para confeccionar as muitas peças do vestuário; curtidores, tosadores, peliteiros, correeiros, albardeiros, seleiros e sapateiros para tratarem e transformarem as peles; ferreiros, ferradores, alfagemes, armeiros, banheiros, caldeireiros, colhereiros, cutileiros, picheiros, que davam forma aos metais, que compunham a parte de ferro dos utensílios agrícolas ou artesanais, que defendiam o casco dos animais ou que constituíam a armaria, enquanto os prestigiados ourives lidavam com os metais nobres, o ouro e a prata, dos objectos de adorno ou requinte; cerieiros manejavam o sebo e a cera para confeccionar círios e velas que suportavam a iluminação; pedreiros, carpinteiros, marceneiros, telheiros, oleiros, caieiros e pintores afeiçoavam a pedra, a madeira, o barro, a cal e as tintas, respondendo às exigências da construção ou de tantas outras actividades urbanas. Para tratar do corpo dos homens trabalhavam barbeiros, barbeadores, boticários, físicos, cirurgiões. Para garantir a hospedagem de viajantes e até o desenfado de transeuntes labutavam estalajadeiros e taberneiros. Para satisfazer as pulsões sexuais dos homens prestavam-lhes serviço as mancebas.

²⁴ Estes e outros agentes transportadores são referidos abundantemente nos artigos englobados na obra COELHO, Maria Helena da Cruz, coord. (2002). *As Comunicações na Idade Média*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

Enfim, o sustento e as necessidades várias da cidade asseguravam-se tanto com homens como com mulheres, estas particularmente ligadas à confecção do pão, ao comércio de regatia de bens alimentares ou à venda dos bens artesanais, que muitas vezes os maridos produziam²⁵. De igual modo convirá ter presente que os homens envolvidos na actividade artesanal pertenciam a diferentes categorias sociais. Poucos eram os que detinham o saber de um ofício, os mestres, que dirigiam os homens que nele trabalhavam e eram muitas vezes proprietários da casa que albergava a oficina e servia também de tenda. A maioria dos mestrais traduzia-se em companheiros e aprendizes desses mestres, colaborando, sob a sua liderança, na confecção dos produtos. Mas em torno de cada oficina e mester existia ainda um corpo de serventes, sem qualquer habilitação específica²⁶.

De facto, o desenvolvimento laboral urbano exigiu o aumento desses “homens de serviço”, que tinham como bem maior a sua liberdade e dispunham da sua força de trabalho, como assoldados ou jornaleiros, ao dia, à semana, ao mês ou ao ano, em todo o tipo de serviços urbanos, dos profissionais aos domésticos ou ainda no amanho dos terrenos agrícolas do aro citadino. A escassez de braços foi-lhes favorável, havendo mesmo aumento de salários nos finais do século XIV²⁷. Mas de pronto os empregadores, apoiados pela realeza, cercearam essa tendência, com o tabelamento dos salários. O sustento dessa mão-de-obra era precário, flutuando muito os seus salários, e tais homens encontravam-se no geral próximos do limiar da pobreza se não mesmo da vagabundagem, da marginalidade e da criminalidade²⁸.

Aliás, a instabilidade social do corpo laboral, que constituía a maioria da população das cidades e vilas medievais, manifestava-se muitas vezes em acto, aproveitando determinadas conjunturas políticas, se não mesmo forçando o seu rumo²⁹. E nesses movimentos, com frequência, os meãos ou médios do povo - pequenos comerciantes, artesãos, oficiais administrativos menores e executivos, que eram na verdade os contribuintes e servidores por excelência da cidade e da coroa -, uniam-se à massa dos comuns ou baixos, os

²⁵ Cfr. COELHO, Maria Helena da Cruz (1990). A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas. In *Homens, Espaços e Poderes*, vol. I, *Notas do viver social*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 37-59.

²⁶ Entre os vários estudos sobre os mestrais leiam-se MELO, Arnaldo Rui Azevedo de Sousa (2001). *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320-c.1415*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (tese de doutoramento policopiada); FEIO, Rodolfo Nunes Petronilho (2017). *Por Prol e Bom Regimento. A cidade e o trabalho nas Posturas Antigas de Évora*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado policopiada).

²⁷ Cfr. COELHO, Maria Helena da Cruz (1989). *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, vol. I, p. 628-642; FERREIRA, Sérgio Carlos (2007). *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado policopiada).

²⁸ Esta fragmentação da gente comum e a agudização das diferenças entre ricos e pobres, que reforçam a tensão e a violência social, são características constantes das sociedades urbanas da Baixa Idade Média. (BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 266-268).

²⁹ Haverá, porém, que equacionar também o crescendo da violência nos séculos XIV e XV com a percepção por parte dos poderes públicos dessa mesma violência e criminalidade, os quais, ao puni-la, estavam a assumir o exercício da justiça como um fundamento do poder sobre a cidade. (Cfr. BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 268, 271).

servidores, assalariados, pobres ou até marginais, que sempre estavam decididos a lutar para matar a fome.

Assim, no reinado de D. Fernando, dando expressão à crise agravada pelo recrutamento forçado dos homens para a guerra, pela crescente carga tributária, pela desvalorização da moeda e subida dos preços, as uniões ocorreram entre 1372 e 1373, em Santarém, Lisboa, Leiria, Abrantes e Tomar, tomando como bandeira da insurreição o mau casamento do rei com D. Leonor Teles. E alguns anos depois, em 1382 e 1383, elas manifestaram-se em Portel, Montemor-o-Velho, Tomar, Sousel, Vila Viçosa, Valença e Guimarães³⁰, sentindo-se em Portugal a mesma onda de revoltas que se vivia na Europa nesta década de 80³¹.

Do mesmo modo foi a “arraia miúda” de Lisboa, na expressão de Fernão Lopes, que apoiou o Mestre de Avis na sua caminhada de ascensão ao poder, desde logo escolhendo-o para Regedor e Defensor no reino, em Dezembro 1383, e obrigando em seguida os grandes cidadãos lisboetas a juntarem-se-lhe, como a seu lado esteve até à sua elevação a rei nas Cortes de 1385. De facto, como bem se sabe, em muitas vilas e cidades, sobretudo do centro e sul, enquanto os alcaides dos castelos juravam fidelidade a D. Beatriz e ao rei de Castela, o povo revoltado das sedes urbanas e dos termos clamava por João, fosse ele o filho de Inês de Castro ou o Mestre de Avis³². Em todas estas movimentações, como noutras que se lhe seguiram, como a que, a título de exemplo, levou o infante D. Pedro à regência³³, o povo insurgia-se contra a crise social e económica que duramente o atingia, colocando a sua esperança em novos chefes, que, quais Messias, lhe pudessem oferecer melhores condições de vida.

³⁰ FERRO, Maria José Pimenta (1978). A revolta dos mesteirais de 1383. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 359-383, quadros 1 e 2; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1985). Conflitos sociais em Portugal no fim do século XIV. In *Jornadas de História Medieval “1383-1385 e a Crise Geral dos séculos XIV-XV”*. Lisboa: História & Crítica, p. 311-321; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1978). Nótula sobre um levantamento popular nas vésperas do Interregno, sep. *Bracara Augusta*, 32, fasc. 73-74 (85-86), p. 3-19.

³¹ Assim as rebeliões que ocorriam em França, Inglaterra, Flandres, Península Ibérica e Itália (Veja-se BOUCHERON, Patrick, MENJOT, Denis, BOONE, Marc (2010). *La ciudad medieval*, p. 208).

³² Esta evolução dos acontecimentos encontra-se na obra de COELHO, Maria Helena da Cruz (2008). *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, p. 41-77.

³³ Cfr. MORENO, Humberto Baquero (1979), *A batalha de Alfarrobeira*. vol. I, *Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, p. 3-65.

3. A sociedade política urbana

Acima dos baixos e meãos estavam os “grandes”, “os maiores na Republica”, os “bons e antigos Cidadãos”, os “nobres”, “os sabedores”³⁴, como se intitulavam aqueles que julgavam que os deviam liderar e encaminhar, aqueles que pretendiam ser os dirigentes urbanos.

Estas elites do poder local recortavam-se por dentro das elites económicas, sociais e culturais, mas eram socialmente mais complexas e compósitas. Agregavam gente abastada, que fundava a sua riqueza nos proventos da agro-pecuária ou nos réditos da mercancia e do capital. Incorporavam homens do povo que tinham ascendido socialmente, como os cavaleiros vilãos, e que vieram até muitas vezes a miscigenar-se com uma pequena nobreza, dando origem a uma aristocracia urbana, que radicava nos séculos XII e XIII. Integram também uma média ou baixa nobreza clientelar de grandes nobres e eclesiásticos, que, tantas vezes colocada no poder sob a sua influência e pressão, servia os interesses dos seus senhores no mundo urbano. Permeabilizavam-se, de igual modo, às influências do serviço da corte e da fidelidade régia, abrindo-se a vassallos e criados do rei e da família real. Contavam ainda com homens que se notabilizaram pelo saber e exercício de cargos régios. Mas afastavam do grupo os mesteirais, que sempre pretenderam controlar e submeter ao seu poder.

Criaram-se, por dentro deste corpo de *optimates*, de *meliores*, verdadeiras linhagens no exercício do poder urbano, alimentadas pelas estratégias do grupo, desde logo a hereditariedade nos cargos, as alianças de matrimónio, o apoio no parentesco de sangue ou artificial, a rotatividade nos cargos e o alargamento dos tentáculos do poder a diferentes esferas de poder da edilidade. Mas este grupo que se restringia, fechava e reproduzia para melhor se manter no exercício dos cargos, não ficou imune às vicissitudes das conjunturas internas e externas ou às opções políticas de alguns dos seus membros e, ao longo dos anos, algumas novas famílias ascenderam ao poder, como outras linhagens o perderam.

³⁴ Cfr. COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero (2008). *O Poder Concelhio. Das Origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*, 2ª ed. revista. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, doc. XI.

Possuímos obras aprofundadas sobre as elites do poder concelhio em Portugal para o Porto³⁵, Lisboa³⁶ e Évora³⁷, ainda que muitos estudos sobre cidades e vilas³⁸ nos dêem também contribuições importantes, sendo já possível caracterizar o perfil socioeconómico, carreira e comportamento destas elites³⁹.

No Porto, 43,8% dos oficiais camarários da segunda metade do século XV eram mercadores e cidadãos e 37,5% escudeiros (maioritariamente) e cavaleiros, vassalos de reis, fidalgos e eclesiásticos⁴⁰.

Em Lisboa, cidade em que estatutariamente se exigia a repartição dos cargos concelhios entre fidalgos e cidadãos, 40% das elites do poder concelhio pertencia à aristocracia, mas nesta se englobava uma média e pequena nobreza de sangue, nunca a alta nobreza, e ainda cavaleiros e escudeiros, que podiam ter provindo da aristocracia vilã, sendo muitas vezes difícil, se não impossível, a sua diferenciação. Acresce que, sendo Lisboa a capital do reino e a cidade da residência da corte régia, muitos destes elementos nobiliárquicos estavam ligados ao serviço do rei e da coroa. Cerca de um quarto dos homens do poder eram mercadores e, sobretudo a partir da década de 70 do século XIV, marcavam igualmente presença, ainda que em mais escassa percentagem, os letrados⁴¹.

³⁵ COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da (1993). “Vereação” e “Vereadores”. *O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Esta obra apoia o seu estudo no método prosopográfico e dá-nos a conhecer 96 oficiais camarários.

³⁶ FARELO, Mário Sérgio da Silva (2008). *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (tese de doutoramento policopiada). Esta tese colige um corpo prosopográfico de 286 oficiais concelhios e 25 oficiais régios com actuação em Lisboa. Este autor, depois de analisar a diversa terminologia dos homens do poder político urbano (páginas 26-32), considerou mais apropriado ao seu estudo a utilização do conceito de oligarquia camarária.

³⁷ SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos (2018). *Governar a cidade e servir o rei. A oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1366-1433)*. Évora: Publicações do Cidehus, consultada em <https://books.openedition.org/cidehus/3288>

³⁸ Um elenco dos principais estudos sobre as cidades e vilas pode colher-se nos estudos de historiografia da vida urbana anteriormente citados.

³⁹ Ainda que muitos trabalhos sobre cidades e vilas nos deem informações sobre o tema, remetemos mais especificamente para os estudos de COELHO, Maria Helena da Cruz (1995), “Les elites municipales. *Anais-Série História*, 2, p. 51-56 e de GOMES, Rita Costa (1988). As elites urbanas no final da Idade Média. Três pequenas cidades do interior. In *Estudos e Ensaios de Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, p. 229-237, bem como para as já citadas actas do colóquio *Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos*. Para um confronto com a composição social das elites de localidades de outros reinos, veja-se entre outros, DERVILLE, Alain (1997), “Les élites urbaines en Flandre et en Artois”; JANSEN, Philippe (1997). *Élites urbaines, service de la commune et processus d’aristocratisation: le cas de Macerata aux XIVe-XVe siècles*. In *Les Élités Urbaines au Moyen Âge. XXVII Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public*. Paris : Publications de la Sorbonne, respectivamente, p. 119-200, 201-223; GOICOLEA Julián, JAVIER, Fco (1999). *Sociedade y poder concejil. Una aproximación a la elite dirigente urbana de la Rioja Alta Medieval*, *Studia Historica*, 17, p. 87-112; RUIZ PILARES, Enrique José, (2017). La estructura del poder de las elites andaluzas bajomedievales. Familiares, amigos y vecinos. El caso de Jerez de la Frontera (España). In COSTA, Adelaide Millán da, ANDRADE, Amélia Aguiar, TENETE, Catarina, eds. *O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*, p. 465-483.

⁴⁰ Cálculos obtidos a partir dos oficiais referidos na citada obra de Adelaide Lopes Pereira Millan da Costa.

⁴¹ FARELO, Mário Sérgio da Silva, *ob. cit.*, p. 169-206. Os letrados perfazem apenas 12,2% dos oligarcas camarários (IDEM, *ibidem*, p.197). Uma análise concreta dos espaços e homens presentes, onde, entre outros, os letrados e homens do saber também marcavam presença, nas reuniões camarárias que escolheram os procuradores dos concelhos que, nas Cortes de Santarém de 1383, deviam jurar D. Beatriz, filha de D. Fernando, e D. João I de Castela, como herdeiros da coroa portuguesa, encontra-se no estudo de COELHO, Maria Helena da Cruz (2005). No palco e nos bastidores do poder local. In FONSECA, Fernando Taveira da, coord. *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 49-55.

Também em Évora, outra das cidades com funções de capitalidade e presença da corte régia muito estável na centúria de Quatrocentos, verificava-se que, entre 1367-1433, 78,9% dos governantes locais com categoria social conhecida eram da média e pequena nobreza, aí se englobando vassallos reais (8,6%) e criados do rei e da alta nobreza (6,4%), sendo apenas 11,7 % mercadores e 5,3% escolares ou funcionários⁴². Mais uma vez se atesta que a nobreza em causa não era a de grandes senhores, embora alguns vivessem na cidade, como os Melo e Castro, mas antes constituída por cavaleiros e escudeiros, provindos fosse de ramos secundários e colaterais de algumas linhagens principais ou de cavaleiros e escudeiros de origem mais obscura (caso dos Lobo e dos d'Arca), e nela pesava o serviço ao rei ou a senhores, sobretudo às Ordens Militares⁴³.

Mas no governo das cidades e vilas do reino fazia-se ainda sentir a presença do poder régio, com oficiais por ele nomeados, como alcaides, corregedores, juizes de fora, almoxarifes e regedores, ou, no caso de senhorios urbanos, a dos oficiais senhoriais. Este oficialato, sobretudo o da coroa, com larga interferência política, judicial, fiscal e administrativa, concorrenciava o poder das elites dirigentes locais, o que provocava oposições e reclamações. Mas também se percebiam conflitos e comprometimentos entre ambos, verificando-se que muitos oficiais municipais haviam sido ou vieram a ser oficiais da coroa⁴⁴.

As elites locais desempenhavam os cargos principais do município, como o de juizes, vereadores, procuradores/tesoureiros, chanceleres, almotacés, percorrendo muitas vezes, na sua carreira política, os diversos cargos⁴⁵. Mas para que o seu poder se manifestasse em acto tinham a acolitá-los, sobretudo nestes séculos finimievais, um vasto número de oficiais executivos. Jurados, inquiridores, vogados e porteiros auxiliavam-nos na justiça; siseiros, recebedores, rendeiros, repartidores, requeredores coadjuvavam-nos na fiscalidade e administração; vedores, medidores, marcadores, afiladores de prata, pesos, medidas e balanças garantiam a qualidade dos produtos e um comércio justo; escrivães da câmara, do concelho ou outros com múltiplas funções responsabilizavam-se pelo

⁴² Cálculo realizado a partir do quadro XVII apresentado na tese de doutoramento de SERRA, Joaquim António Felisberto Bastos, *Governar a cidade e servir o rei*.

⁴³ IDEM, *ibidem*, cap. III, parágrafos 157-162. Sobre a linhagem dos Lobo, nos seus processos de ascensão, mobilidade social e diferentes ramos, atingindo um deles a baronia (barão de Alvito), veja-se COELHO, André Madruga (2017), *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*, Lisboa: Edições Colibri.

⁴⁴ Entre os muitos estudos sobre o tema quanto a estes oficiais e às queixas que sobre eles são apresentadas em Cortes, leiam-se COELHO, Maria Helena da Cruz (1990). Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de Quatrocentos. *Revista Portuguesa de História*, 25, 1990, p. 235-289; FÁRIA, Diogo (2014). Juizes indesejados? A contestação aos juizes de fora no Portugal medieval (1352-1521), *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, 2, p. 19-37; COELHO, Maria Helena da Cruz (2016). Justiça e juizes de foro. Justiça e juizes de fora, *e-Slegal History Review*, 22, p. 1-16.

⁴⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero (2008). *O Poder Concelhio*, p. 29-43.

registro escrito da contabilidade e das deliberações camarárias⁴⁶; pregoeiros asseguravam a divulgação oral das posturas municipais decididas na vereação, o que era imprescindível para o seu cumprimento, quando, como sabemos, a população era genericamente iletrada; guardadores das portas e dos muros e quadrilheiros zelavam pela manutenção da segurança e da ordem na cidade; coudéis e anadéis respondiam pelo recrutamento e supervisão dos corpos de cavaleiros e besteiros das milícias municipais. Só graças a este enxame de pequeno funcionalismo se conseguia o bom governo da cidade e o bem-estar dos seus moradores e igualmente dos homens do seu terno para quem a cidade era pólo dinamizador económico e centro fornecedor de bens e serviços.

4. Solidariedades religiosas e assistenciais

Mas a cidade era também um centro religioso, que dirigia os crentes, e um centro de acolhimento caritativo e assistencial, que respondia aos males da pobreza, da doença, do isolamento, do abandono, que ela tantas vezes fomentava.

A vida religiosa urbana via-se fortemente enquadrada pelas paróquias e dinamizada pelo clero secular. As cidades, nestes séculos XIV e XV, seriam fortemente “povoadas” por um numeroso corpo de clérigos - clérigos de ordens sacras, clérigos de ordens menores, cônegos de catedrais e de colegiadas, clérigos de igrejas e de capelas, clérigos de missa, clérigos escolares, clérigos mestres, clérigos de instituições várias.

Desde logo os fiéis encontravam-se muito ligados à sua igreja paroquial, ao prior que a liderava e à comunidade de clérigos que o rodeavam, que lhes prestavam serviços litúrgicos e religiosos e lhes ministravam os ensinamentos da doutrina e moral cristãs⁴⁷. E foi junto a igrejas e ermidas que, por iniciativa dos fiéis e estímulo da clerezia, se foram desenvolvendo confrarias, em que os homens se agrupavam para melhor resistirem às adversidades temporais da velhice ou aos infortúnios, mas sobretudo para mais coesamente se ampararem na doença e cuidarem do corpo e da alma na morte.

⁴⁶ Sobre a escrita e os escritos no mundo urbano, veja-se MARQUES, José, COELHO, Maria Helena da Cruz, HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2000). *Diplomatique municipale portugaise (XIII-XV siècles)*. In PREVENIER, Walter, HEMPTINE, Thérèse, eds. *La diplomatique urbaine en Europe au Moyen Âge. Actes du Congrès de la Commission Internationale de Diplomatique, Gand, 25-29 août 1998*. Louvain-Apeldoorn: Garant, p. 281-305; COELHO, Maria Helena da Cruz (2015). *A escrita no mundo urbano, História (São Paulo)*, 34, n. 1, p. 16-34; ROLDÃO, Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto (2017). *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Évora: Publicações do CIDEHUS.

⁴⁷ Sobre as paróquias veja-se a obra clássica de AUBRIN, Michel (1986). *La paroisse en France des origines au XV^e siècle*. Paris: Picard. Quanto a Portugal leia-se VILAR, Hermínia Vasconcelos (2000). *O clero paroquial*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. *História da Igreja em Portugal*, vol. I, JORGE, Ana Maria C. M., RODRIGUES, Ana Maria S. A., coords. *Formação e Limites da Cristandade*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 248-252 e na exemplificação concreta das relações dos fiéis com a sua paróquia, CAMPOS, Maria Amélia Álvaro (2017), *Cidade e Religião: a Colegiada de Santa Justa na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 130-171.

A comunidade confraternal, uma família artificial de irmãos, mais robustecia a comunidade paroquial e os laços de vizinhança, contribuindo para reforçar as solidariedades locais⁴⁸.

As confrarias assumiram-se, assim como, um dos elementos mais dinâmicos do movimento associativo universal que se manifestou no ocidente de Undecentes a Quatrocentos⁴⁹. Estas irmandades podiam ter sido exigidas e desenvolvidas por um complexo feixe de motivações e factores desde a debilitação das solidariedades familiares, muito em particular no meio urbano, que se compensava com a inclusão nestas “famílias de substituição”; a diversificação e a especialização das actividades económicas, sobretudo marcantes nas confrarias de mesteres, que reclamavam fraternidades religioso-profissionais; até à necessidade de ajuda contra os flagelos exteriores, em particular as epidemias a partir do século XIV; ao medo de uma morte solitária e sem rogações e sufrágios pela alma; e mesmo ao impulso do clero que, através delas, aumentava o seu protagonismo de privilegiado e imprescindível intercessor entre os homens e Deus, desmultiplicado em serviços de exéquias fúnebres e de orações e missas que garantiam a passagem e vida no Além⁵⁰.

Por isso em Portugal, como por quase todas as regiões da Europa, as confrarias estavam a aumentar nos séculos XIV e XV, da mesma forma que, como bem se compreende, elas se apresentavam muito mais numerosas nos centros urbanos que nos rurais⁵¹. Acresce que estas confrarias assumiam muitas vezes obrigações de assistência e beneficência, possuindo albergarias e hospitais a si agregados. Os leigos convergiam então com o propósito régio e das autoridades municipais ao avocarem a si a missão e o serviço de acção social.

De facto, numa sociedade em que a massa de uma população flutuante e errante sem recursos crescia, imperioso se tornava haver casas que lhe dessem o mínimo de condições de acolhimento, como albergarias e hospitais. A seu lado algumas mercearias amparavam mais duradouramente homens e mulheres que haviam decaído do seu estatuto social e certos hospitais podiam mesmo prestar aos estratos sociais médios e baixos da cidade cuidados de saúde, assegurados por físicos e boticários. Por sua vez as gafarias, no geral situadas extramuros, mas em lugares de fácil visibilidade, garantiam o sustento e amparo dos leprosos, mas também a sua segregação do convívio com os sãos, numa

⁴⁸ Assim o afirma para as confrarias paroquiais de Veneza (*scuole parrocchiale*) antes dos séculos XIV e XV, quando as mesmas sofrem profundas transformações, VUILLEMIN, Pascal (2011). Des paroisses à la ville. Les “Scuole parrochiali” et la rédefinition des réseaux de solidarités à Venise à la fin du Moyen Âge (XIV^e-XV^e siècles). Rome: Mélanges de l'École Française de Rome, 123-1, p. 15.

⁴⁹ VINCENT, Catherine (2005). L'institution confraternelle en France au Moyen Âge. Bilan de la recherche. In VACCARO, Luciano, dir. *Storia della chiesa in Europa: tra ordinamento politico-amministrativo e strutture ecclesiastiche. Quaderni della Gazzada* 25. Brescia : Morcelliana, p. 371.

⁵⁰ RONCIÈRE, Charles-Marie, METZ, Jean Michel (2010). Le mouvement confraternel. In CEVINS, Marie-Madeleine de, METZ, Jean-Michel, dir. *Structures et dynamiques religieuses dans les sociétés de l'Occident latin, 1179-1449*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, p. 243.

⁵¹ COELHO, Maria Helena da Cruz (1993). As confrarias medievais portuguesas : espaços de solidariedades na vida e na morte. In *XIX Semana de Estudos Medievales, Estella'92 “Confradias, gremios, solidariedades en la Europa Medieval”*. Estella: Gobierno de Navarra. Departamento de Educación y Cultura, p. 151-159.

clausura controlada pelas autoridades urbanas. Foram estas instituições em número desmultiplicado, até porque pequenas, com patrimónios e rendas mais ou menos amplas e melhor ou pior administradas, que garantiram a assistência a pobres, peregrinos e doentes nas cidades e vilas medievais portuguesas até às reformas de finais do século XV e inícios do seguinte, que conduziram ao agrupamento da maioria delas para dar origem a grandes casas hospitalares, como o Hospital Novo de Coimbra ou o Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa, e às organizadas Casas da Misericórdia⁵².

5. Festividades urbanas

E é ainda muito ligado ao religioso que se desenrola o tempo festivo da cidade e dos seus habitantes, que rompe o laborioso e pesado dia-a-dia de trabalho, ainda que nos centros urbanos se contem também com desenfados e cerimónias públicas profanas que contribuíam para o espectáculo e diversão a todos oferecidos⁵³.

Desde logo os irmãos de confrarias sentavam-se festivamente à mesa, pelo menos uma vez no ano, fosse no dia da celebração do seu orago ou da reunião do cabido geral, ou ainda em qualquer outra data do calendário litúrgico. Essa mesa, mais abundante que a dos dias comuns em pão, vinho e carne, era a expressão visível da fraternidade pela repartição do alimento, reforçando, em tempo de festa e alegria, a comunhão permanente dos confrades nos bons e maus momentos da vida⁵⁴.

Ainda em espaços fechados, os homens das cidades, nas pausas do trabalho ou em dias de descanso, podiam desenfadar-se nas tabernas e tavolagens. Divertidamente beberiam e comeriam ou entregavam-se mesmo aos arriscados e transgressores prazeres do jogo, em particular aos dados, um dos mais comuns jogos de tabuleiro. E nas mancebias encontrariam a resposta a outros apetites carnais, junto das mulheres “que faziam pelos homens”, como referiam as fontes coevas⁵⁵.

⁵² Uma síntese sobre a assistência encontra-se em CORREIA, Fernando (1944). *Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres-Editor; PAIVA, José, coord. (2003). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, PAIVA, José Pedro, ROSA, Maria de Lurdes, GOMES, Saul, dir. *Antes da Fundação das Misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas (com a publicação de documentação); e mais especificamente sobre duas casas assistenciais de Coimbra, ROCHA, Ana Rita Rocha (2014). *O Hospital de S. Lázaro de Coimbra na Idade Média: o tema, as fontes e a metodologia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de mestrado policopiada); COELHO, Maria Helena da Cruz (1996). A assistência em Coimbra em tempos manuelinos. *O Hospital Novo, Biblos*, 72, p. 223-258.

⁵³ Sobre o ambiente festivo em tempos medievais veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz (2010). A festa – A convivialidade”. In MATTOSO, José, dir. *História da Vida Privada em Portugal*, vol. I, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, coord. *Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 144-169.

⁵⁴ O sentido da sociabilidade potenciada pela mesa é desenvolvido nas comunicações do colóquio AURELL, Martin, DUMOULIN, Olivier, THELAMON, Fraçoise, org. (1992). *La sociabilité à table: commensalité et convivialité à travers les ages. Actes du Colloque de Rouen*. Rouen: Université de Rouen. A mesa das confrarias foi estudada por BEIRANTE, Maria Ângela (1999). Ritos alimentares em algumas confrarias portuguesas medievais. In *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular. Sociabilidade. Representações. Espiritualidade*. Lisboa: Terramar, p. 559-570.

⁵⁵ FERREIRA, J. A. Pinto, (1980). *Vereações*”. *anos de 1401-1449. O segundo “Livro de Vereações” do Município do Porto existente no seu Arquivo*. Porto: Câmara Municipal-Gabinete de História da Cidade, p. 127.

Mas as festividades urbanas maiores desenrolavam-se em espaços abertos, em ruas e praças, que eram o palco de quase todos os actos e gestos colectivos dos homens.

Nas ruas e praças comprava-se e vendia-se; nas ruas e praças circulavam as gentes e as mercadorias; nas ruas e praças escutavam-se os pregões e conheciam-se as notícias; nas ruas e praças ocorriam as rixas e tumultos; nas ruas e praças os oficiais de justiça puniam os delinquentes com castigos a servirem de *exemplum*; nas ruas e praças tinham lugar os grandes acontecimentos, dos espectáculos religiosos aos profanos.

Nelas se assistia às aparatosas entradas régias⁵⁶, ou às vistosas cavalgadas, justas e torneios de senhores e vassalos. Nas mais importantes cidades podiam ver-se cortejos históricos e representações teatrais, que ocorriam sobremaneira por ocasião de cerimónias matrimónias de membros das casas reais⁵⁷. E os cidadãos comungavam desses rituais pela beleza do que contemplavam, mas também pelo conforto da bebida e alimentos que lhes eram proporcionados.

Na rua desfilavam as procissões, que eram o espetáculo maior cidadão. Com procissões se celebravam as grandes efemérides da linhagem real, das suas vitórias e triunfos políticos aos seus casamentos ou passagens⁵⁸, a que as cidades e vilas se associavam. Em procissão seguiam pelas ruas os pomposos cortejos fúnebres, que acompanhavam os grandes até à sua última morada, e a morte tornava-se então uma festa para os mais necessitados, traduzida em pródigas esmolas e distribuição de alimentos aos pobres, religiosos e clérigos, rogatários privilegiados da salvação da alma. Em dias de romaria, de comemoração da Virgem e dos santos, em especial o santo padroeiro da cidade, as procissões religiosas uniam os vizinhos em devoção e oração.

Destaque nestas celebrações religiosas para a festa e procissão urbana por excelência, a Festa do Corpo de Deus⁵⁹. Com missa e pregação se iniciava esse longo dia de celebração do *Corpus Christi*. Para depois terem lugar corridas de touros, e desfilarem pelas ruas, atapetadas de verdes ervas aromáticas, a procissão, entremeada de danças e representações teatrais. O cortejo processional incorporava todo o corpo social urbano, dos homens e mulheres do trabalho, aos oficiais e elites do poder, que desfilavam segundo uma rigorosa hierarquia, demarcada pela proximidade ou afastamento do sagrado, de acordo com a sua

⁵⁶ Sobre a temática refira-se o clássico estudo de ALVES, Ana Maria (s. d.). *As Entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte.

⁵⁷ Uma síntese de alguns desses cortejos e eventos refere MARQUES, A. H. de Oliveira (2010). *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 6ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, p. 242-248.

⁵⁸ A título de exemplo, leia-se COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (2006). Das festas religiosas ao luto por D. Sebastião no âmbito da vereação de Braga (1578). In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, vol. 4. Porto: Faculdade de Letras, p. 217-232.

⁵⁹ Vejam-se os estudos de GONÇALVES, Iria (1984/1985). As Festas do “Corpus Christi” do Porto na segunda metade do século XV, a participação do concelho, *Estudos Medievais*, 5/6, p. 69-89; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da (1993). A Procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa. In *A Cidade. Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 197-217.

honra e prestígio. Junto da “gaiola” do Corpo de Deus e dos religiosos que a resguardavam, seguiam os honrados governantes com os seus círios acesos e varas de poder. E depois, numa rigorosa e ampla hierarquização social, balizada entre os mercadores de largo trato e ourives, seguindo perto do Santíssimo, e os carneiros, ricos mas impuros por lidarem com sangue, que abriam a procissão, apresentavam-se todos os mesterais e comerciantes, quadros militares e agentes transportadores, no lugar próprio e adequado ao seu estatuto social urbano. A procissão do Corpo de Deus, a um tempo uma manifestação religiosa e profana, era bem a personificação e o espectáculo dos valores da religião, do trabalho e do poder dos membros do corpo místico da cidade. E todo esse dia de festa finalizava, como era usual, com a partilha de vitualhas. Os governantes tomavam em comum uma refeição variada, de qualidade e bem confeccionada na casa da Câmara. Mas havia também repartição de alimentos essenciais entre os vizinhos mais necessitados⁶⁰.

Este dia e esta procissão plasmam, assim, em encenação e representação, as multifacetadas e contrastantes valências de espaços, funcionalidades, actos, actores, gestos, cerimoniais e ritualidade, que compõem a densa e complexa tessitura da vida e da sociedade nas cidades e vilas da Baixa Idade Média.

⁶⁰ Sobre as refeições no quotidiano ou extraordinário camarário veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz (2016). No quotidiano e na festa: os gastos em alimentação de dois concelhos do além Tejo, no século XV. In SOARES, Carmen, PINHEIRO, Joaquim, ed. *Patrimónios alimentares de aquém e além-mar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 571-590.